



ADVOGADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no Cartão Resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente com água sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **35** questões, numeradas de **1** à **35**.
- Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Assine o Cartão Resposta.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o Cartão Resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- A marcação da alternativa julgada como correta deve ser feita conforme orientado no Cartão Resposta.
- Ao terminar sua prova, entregue o Cartão Resposta ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta sejam por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da sua provas sem o acompanhamento do fiscal de corredor.
- Uso do banheiro após entregar seu Cartão Resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão Resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Considerando as fontes de Direito tributário, o que são as fontes reais ou materiais e como elas se relacionam com a incidência tributária?

Fonte: Carvalho, Paulo de Barros - Curso de direito tributário /

Paulo de Barros Carvalho. - 31. ed. rev. atual. - São Paulo:

Noeses, 2021.

- (A) As fontes reais ou materiais são fatos da realidade que descrevem as situações sobre as quais incidirão os tributos. Elas representam as circunstâncias sobre as quais os tributos irão incidir, ou seja, são os pressupostos fáticos que definem as hipóteses de incidência tributária.
- (B) As fontes reais ou materiais são produções científicas e conceituais dos estudiosos e juristas na elaboração e sistematização de conceitos, obtidas através da interpretação da lei e pesquisa científica. Elas estabelecem os pressupostos fáticos que definem as hipóteses de incidência tributária, ou seja, são as circunstâncias sobre as quais os tributos irão incidir.
- (C) As fontes reais ou materiais são soluções dadas pelo Poder Judiciário, com o objetivo de esclarecer e dissipar dúvidas, bem como preencher lacunas que o legislador tenha deixado passar na elaboração das leis. Elas representam as circunstâncias sobre as quais os tributos irão incidir, ou seja, são os pressupostos fáticos que definem as hipóteses de incidência tributária.
- (D) As fontes reais ou materiais são formas de expressão do direito que surgem para o mundo jurídico por meio de normas jurídicas e complementares. Elas estabelecem os pressupostos fáticos que definem as hipóteses de incidência tributária, ou seja, são as circunstâncias sobre as quais os tributos irão incidir.

Questão 02

Assinale a alternativa **que representa** a abordagem que considera a Constituição como um elemento vivo e dinâmico, não completamente condicionada pela realidade histórica, e capaz de adaptação e resolução em cenários de conflito.

- (A) Força normativa da Constituição.
- (B) Constitucionalismo contemporâneo e adaptabilidade.
- (C) Hierarquização estrita das normas constitucionais.
- (D) Aplicação literal das normas constitucionais.

Questão 03

Tendo em vista a definição de ato administrativo, identifique a opção que melhor apresenta o termo que expressa a submissão do ato ao regime jurídico administrativo:

- (A) O ato sujeita-se a regime jurídico administrativo, pois é o regime jurídico administrativo que faz com que o ato seja sempre passível de controle judicial.
- (B) O ato sujeita-se a regime jurídico administrativo, pois é o regime jurídico administrativo que, distingue o ato administrativo da lei e afasta de seu conceito o regulamento que, quanto ao conteúdo, é ato normativo, mais semelhante à lei.
- (C) O ato sujeita-se a regime jurídico administrativo, pois é pelo regime jurídico administrativo que afastam-se os atos não produtores de efeitos jurídicos diretos, como os atos materiais e os atos enunciativos.
- (D) O ato sujeita-se a regime jurídico administrativo, pois a Administração aparece com todas as prerrogativas e restrições próprias do poder público; com isto, afastam-se os atos de direito privado praticados pelo Estado.

Questão 04

Quanto à imunidade tributária, um direito constitucional garantido aos entes políticos e a outras entidades, que impede a incidência de impostos sobre determinados bens e serviços, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Só atinge a obrigação principal, não dispensando o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.
- (B) Pode ser compreendida como uma isenção parcial, como ocorre com a redução de 40% do Imposto de Importação prevista no art. 138 do Regulamento Aduaneiro.
- (C) É um benefício fiscal estabelecido por lei ou acordo internacional.
- (D) É uma forma de exclusão do crédito tributário decorrente de lei ou ato internacional que especifique as condições e requisitos para sua concessão.

Questão 05

Considerando as normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As partes do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- (B) O Estado deve exigir que todas as partes envolvidas no processo se comportem de acordo com a boa-fé e obtenham, em prazo razoável, a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- (C) Os sujeitos do processo têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- (D) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

Questão 06

Assinale a alternativa que expressa o motivo pelo qual o regime do precatório judicial é considerado inafastável para efeito de pagamento de obrigações do Estado.

- (A) Porque a adequada gestão dos recursos públicos é essencial à continuidade dos serviços públicos que atendem às necessidades coletivas, o que justifica a proteção ao interesse público proporcionada pelo regime do precatório judicial.
- (B) Porque ao precatório são incorporadas a criação do erário público que concorreu com investimento de patrimônio ou de receita anual garantindo a correta utilização dos recursos públicos.
- (C) Porque o cumprimento rigoroso do regime do precatório assegura que a autonomia do Estado seja respeitada e que as necessidades coletivas sejam atendidas de forma justa.
- (D) Porque a emissão de precatórios tem maior compromisso com a probidade administrativa e deve seguir o regime estabelecido para o pagamento de obrigações decorrentes de condenações judiciais.

Questão 07

Assinale a alternativa que apresenta o princípio do orçamento público que diz que todas as receitas e despesas devem estar contidas numa só lei orçamentária.

- (A) Princípio da unidade orçamentária.
- (B) Princípio da Simplificação.
- (C) Princípio da universalidade.
- (D) Princípio da uniformidade.

Questão 08

Considerando as teorias que explicam as relações do Estado, pessoa jurídica, com seus agentes, com base na teoria do órgão na Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O órgão público é uma pessoa jurídica que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado.
- (B) O órgão público se confunde com a pessoa jurídica da Administração Pública, sendo uma de suas partes integrantes.
- (C) O órgão público são círculos de atribuições individuais de poderes funcionais repartidos no interior da personalidade estatal como entidade da Administração Indireta e expressados através dos agentes neles providos.
- (D) O órgão público é uma unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da Administração indireta constituindo uma unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.

Questão 09

O ato administrativo é caracterizado por cinco elementos básicos: agente, objeto, forma, motivo e fim. Com base na aplicabilidade das normas sobre competência de caráter jurídico em relação ao agente do ato, considere as seguintes proposições:

I. Órgãos com individualidade jurídica, cujas atribuições e competências são estabelecidas por leis propriamente ditas.

II. Órgãos sem individualidade jurídica, com atribuições definidas por normas administrativas internas que integram elementos de um conjunto maior.

Após análise, selecione a opção CORRETA.

- (A) As normas jurídicas de competência aplicam-se exclusivamente aos órgãos descritos na proposição I.
- (B) As normas jurídicas de competência aplicam-se tanto aos órgãos descritos na proposição I quanto aos órgãos descritos na proposição II.
- (C) As normas jurídicas de competência aplicam-se exclusivamente aos órgãos descritos na proposição II.
- (D) As proposições apresentadas não abordam a competência como elemento básico constitutivo da manifestação da vontade da Administração.

Questão 10

Considerando a proteção dos interesses metaindividuais, é CORRETO afirmar que:

- (A) A ação popular, o mandado de segurança coletivo e a ação civil pública visam proteger os interesses individuais, garantindo a proteção dos direitos subjetivos.
- (B) A proteção do interesse coletivo, pertinente a uma coletividade determinada, é feita por meio do mandado de segurança coletivo.
- (C) A ação popular e o mandado de segurança coletivo são voltados para a proteção do interesse coletivo, enquanto a ação civil pública abrange apenas os interesses coletivos pertinente a um grupo de pessoas caracterizadas pela indeterminação e indivisibilidade.
- (D) A proteção do patrimônio público é feita exclusivamente por meio da ação civil pública, enquanto a ação popular e o mandado de segurança coletivo se destinam à proteção de outros tipos de interesses metaindividuais.

Questão 11

O mandado de injunção é uma garantia constitucional concebida pelo constituinte brasileiro para assegurar o exercício de determinados direitos, liberdades e prerrogativas inviabilizados por uma omissão inconstitucional (CF, art. 5.0, LXXI). Considerando o contexto, se refere corretamente ao mandado de injunção individual, analise as proposições abaixo e em seguida assinale a alternativa que as classifica como verdadeira (V) ou falsa (F) de forma respectivamente correta:

() Pode ser impetrado por pessoas naturais ou jurídicas que se afirmam titulares de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, cujo exercício

seja inviabilizado pela ausência da norma regulamentadora.

() As pessoas jurídicas de direito público, embora titulares de garantias fundamentais, contraditório, ampla defesa, devido processo legal, não possuem legitimidade ativa, considerada a natureza da omissão a inviabilizar o exercício dos direitos, liberdades e prerrogativas constitucionais.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F.
- (B) F, V.
- (C) V, V.
- (D) V, F.

Questão 12

Qual dos itens a seguir não se enquadra no conceito de tributo?

- (A) Contribuição de melhoria.
- (B) Preço público.
- (C) Impostos.
- (D) Taxas.

Questão 13

Assinale a alternativa cujo termo expressa a extinção do ato administrativo devido ao não cumprimento de condições resolutivas ou ao alcance do termo final, onde o destinatário falha em manter as condições exigidas para continuar desfrutando da situação jurídica.

- (A) Revogação.
- (B) Cassação.
- (C) Invalidação.
- (D) Caducidade.

Questão 14

Com relação ao recurso administrativo que possui efeito suspensivo, é possível afirmar que:

- (A) Não produz nenhuma consequência imediata, devendo aguardar a decisão administrativa sem influenciar o prazo prescricional ou a utilização de vias judiciais para questionar o ato.
- (B) Impede a utilização das vias judiciais para questionar o ato pendente de decisão administrativa, mas não tem efeito sobre a fluência do prazo prescricional.
- (C) Impede tanto a fluência do prazo prescricional quanto a utilização das vias judiciais para atacar o ato pendente de decisão administrativa.
- (D) Impede somente a fluência do prazo prescricional, não afetando a possibilidade de utilização das vias judiciais para atacar o ato em questão.

Questão 15

Considerando o Estatuto da Cidade e seus instrumentos da política urbana, refere-se a institutos jurídicos e políticos:

- (A) Planos de desenvolvimento econômico e social.
- (B) Servidão administrativa.
- (C) Gestão orçamentária participativa.
- (D) Incentivos e benefícios fiscais e financeiros.

Questão 16

No contexto da administração indireta, quanto aos termos descentralização, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Descentralização e desconcentração são termos que se referem a diferentes níveis de centralização da Administração Pública, sendo a descentralização a forma mais centralizada e a desconcentração a forma mais descentralizada.
- (B) Descentralização e desconcentração são termos que se referem ao mesmo conceito de distribuição de competências entre diferentes órgãos e pessoas, e podem ser utilizados de forma intercambiável.
- (C) Descentralização refere-se à distribuição de competências entre órgãos que compõem a hierarquia da Administração Pública, enquanto desconcentração envolve a distribuição de competências entre duas pessoas distintas.
- (D) Descentralização é a distribuição de competências entre diferentes pessoas, físicas ou jurídicas, enquanto desconcentração é a distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica.

Questão 17

Considerando as disposições legislativas gerais sobre imposto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Compete à União, instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se aqueles forem divididos em Municípios, cumulativamente, os atribuídos a estes.
- (B) Compete ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, instituir, subsidiariamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.
- (C) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- (D) O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a produção destes no território nacional.

Questão 18

Qual é o princípio tributário que impede que as pessoas tributantes graduem seus tributos com base na origem dos bens ou no destino deles?

- (A) Princípio da não discriminação.
- (B) Princípio da capacidade contributiva.
- (C) Princípio da legalidade.
- (D) Princípio da anterioridade.

Questão 19

Considerando as modalidades de bens públicos no aspecto jurídico, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os bens públicos de domínio privado do Estado, que incluem os de uso comum e os de uso especial.
- (B) Os bens públicos de uso comum do povo, que abrangem os de domínio privado e os de domínio público.
- (C) Os bens públicos de domínio público do Estado, que englobam os de uso comum do povo e os de uso especial.
- (D) Os bens públicos de uso exclusivo do Estado, que incluem os de uso comum do povo e os dominicais.

Questão 20

No contexto da classificação das isenções tributárias, quanto ao elemento a que se relacionam, assinale a alternativa que designa as isenções concedidas em função do fato gerador da obrigação tributária.

- (A) Objetivas.
- (B) Mistas.
- (C) Subjetivas.
- (D) Híbridas.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 30.

Ganhei R\$ 70 mil com apostas online e perdi tudo logo depois

Enquanto outros garotos disputavam partidas de futebol ou iam à praia com os amigos, Santiago Caamaño tinha apenas uma obsessão: jogar.

Dos 14 aos 22 anos, a vida deste jovem galego de Muros, no norte da Espanha, girou em torno do jogo de azar - ele chegou a perder quase 13 mil euros (cerca de R\$ 71,5 mil) em um dia.

O caso dele não é um incidente isolado. Segundo dados do Ministério do Consumo da Espanha, os jogadores online com menos de 25 anos passaram de 28% em 2016 para 48% em 2021. E começam a jogar, em média, aos 15 anos.

Embora seja difícil saber o número de pessoas viciadas em jogos de azar a nível global, já que muitos países não têm dados oficiais, algumas entidades como a Associação Europeia para o Estudo do Jogo (EASG, na sigla em inglês) alertam que entre 0,5% e 2% da população mundial tem problemas com jogo.

No Brasil, por exemplo, dados afirmam que 1% tem transtorno do jogo, e 1,3% uma síndrome parcial, totalizando 2,3% da população, de acordo com Hermano Tavares, coordenador do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico (Pro-Amjo) do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP).

"E se você considerar a taxa de exposição, que é a pessoa que não aposta, mas convive com um apostador, e, conseqüentemente, sofre com todos os problemas dele, como desemprego, endividamento extremo, inadimplência, privação de oportunidades, isso chega a 10% da população", acrescentou Tavares em entrevista prévia à BBC News Brasil.

Organizações de terapeutas de várias partes do mundo concordam que o perfil do jogador compulsivo mudou. Se, há uma década, tratava-se de homens de 50 anos viciados em máquinas caça-níqueis - jogo que é operado ilegalmente no Brasil -, hoje, são jovens obcecados por jogos online e apostas esportivas.

Santiago Caamaño é um desses jovens afetados. Sua família e amigos nunca se deram conta de nada. "Afinal, um ludopata não é apenas um mentiroso compulsivo, mas também, um ótimo mentiroso", diz ele à BBC News Mundo. Quando ganhava, ele aproveitava para pagar as dívidas, mas depois, voltava a perder e a dever dinheiro. "É como um círculo vicioso do qual você não consegue sair", afirma.

A ludopatia é reconhecida como uma condição patológica caracterizada pela compulsão de uma pessoa por jogos de azar, o que pode levá-la a graves consequências financeiras, sociais, físicas e emocionais.

Ele acredita que é importante chamar a atenção sobre a ludopatia desde a escola para que os alunos saibam as consequências que esta doença pode trazer.

"Eu sempre digo a mesma coisa: quem vira ludopata é porque já jogou. Quem não joga nunca será ludopata. Então, por que arriscar?"

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4nzy9278zro>. Adaptado.

Questão 21

Santiago Caamaño 'é' um desses jovens afetados. Sua família e amigos nunca se 'deram' conta de nada.

Conjugando os verbos destacados no futuro do pretérito do indicativo, tem-se a nova frase:

- (A) Santiago Caamaño fora um desses jovens afetados. Sua família e amigos nunca se davam conta de nada.
- (B) Santiago Caamaño foi um desses jovens afetados. Sua família e amigos nunca se darão conta de nada.
- (C) Santiago Caamaño seria um desses jovens afetados. Sua família e amigos nunca se dariam conta de nada.
- (D) Santiago Caamaño será um desses jovens afetados. Sua família e amigos nunca se darão conta de nada.

Questão 22

Organizações de terapeutas de várias partes do mundo concordam sobre a alteração do perfil do jogador compulsivo.

Em relação à frase apresentada, é correto afirmar que o:

- (A) Sujeito da frase é a expressão 'Organizações de terapeutas de várias partes do mundo'.
- (B) Predicado é verbo-nominal com os seus respectivos núcleos: 'concordam' e 'compulsivo'.
- (C) Predicado da frase é a expressão 'de várias partes do mundo concordam sobre a alteração do perfil do jogador compulsivo'.
- (D) Núcleo do sujeito é composto pelo substantivo feminino plural 'partes'.

Questão 23

Enquanto outros garotos 'disputavam' partidas de futebol ou 'iam' à praia com os amigos, Santiago Caamaño tinha apenas uma obsessão: 'jogar'.

Os verbos destacados encontram-se conjugados, respectivamente, no:

- (A) Pretérito perfeito do indicativo - pretérito perfeito do indicativo - infinitivo impessoal.
- (B) Pretérito perfeito do indicativo - pretérito imperfeito do indicativo - infinitivo pessoal.
- (C) Pretérito imperfeito do indicativo - pretérito imperfeito do indicativo - infinitivo impessoal.
- (D) Pretérito mais que perfeito do indicativo - pretérito mais que perfeito do indicativo - infinitivo pessoal.

Questão 24

A ludopatia é reconhecida como uma condição patológica caracterizada pela compulsão de uma pessoa por jogos de azar.

O número de substantivos presentes na frase é de:

- (A) Seis.
- (B) Sete.
- (C) Oito.
- (D) Cinco.

Questão 25

E se você considerar a taxa de exposição, 'que' é a pessoa que não aposta, mas convive com um apostador [...].

O elemento destacado na frase trata-se de:

- (A) Conjunção subordinada com valor de objeto direto.
- (B) Pronome indefinido com o mesmo valor gramatical de 'cuja'.
- (C) Conjunção integrante que substitui a expressão 'e se você considerar'.

- (D) Pronome relativo que substitui a expressão 'a taxa de exposição'.

Questão 26

Caamaño costumava jogar em casas de apostas por causa da socialização - e se sentia menos mal do que quando jogava do quarto. Ele passou a adolescência entre casas de apostas e jogos de pôquer online.

Assinale a opção CORRETA de acordo com o texto base.

- (A) Graças aos esforços de várias entidades estabelecidas em território nacional e internacional, o vício de jogos de azar pode ser amenizado com o tratamento através da ludopatia.
- (B) Segundo a Associação Europeia para o Estudo do Jogo, o número de jogadores online quase dobrou de 2016 para 2021, começando a jogar mais cedo.
- (C) O Programa denominado Pro-Amjo foi desenvolvido pela Associação Europeia para o Estudo do Jogo, em parceria com a USP e o Ministério do Consumo da Espanha.
- (D) O vício em jogos de azar não é um lazer, mas sim, uma compulsão que a pessoa desenvolve por este tipo de jogo com consequências bem desagradáveis.

Questão 27

Embora seja difícil saber o número de pessoas viciadas em jogos de azar 'a nível global'.

Em relação ao termo destacado, é CORRETO afirmar que:

- (A) Trata-se de um caso em que não se usa a crase.
- (B) A expressão é uma exceção à regra em relação ao uso de crase.
- (C) O vocábulo 'a', nesta expressão, é um artigo definido feminino singular.
- (D) Trata-se de um caso facultativo de crase.

Questão 28

Embora seja difícil saber o número de pessoas viciadas em jogos de azar a nível global, já que muitos países não têm dados oficiais.

Assinale a opção CORRETA cujos vocábulos possuem a mesma regra de acentuação gráfica.

- (A) número - países.
- (B) difícil - nível.
- (C) nível - países.
- (D) já - têm.

Questão 29

'Eu sempre digo a mesma coisa': quem vira ludopata é porque já jogou.

Em relação à expressão destacada, é CORRETO afirmar que:

- (A) O objeto é considerado indireto.
- (B) O sujeito é a expressão 'eu sempre'.
- (C) O predicado é verbo-nominal.
- (D) O verbo é transitivo direto.

Questão 30

Há uma década, tratava-se de homens de 50 anos viciados em máquinas 'caça-níqueis'.

Em relação à expressão destacada, é correto afirmar que a mesma é formada por:

- (A) Substantivo + adjetivo.
- (B) Substantivo + substantivo.
- (C) Verbo + adjetivo.
- (D) Verbo + substantivo.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

"O projeto de lei talvez seja o ponto de partida para que a gente tenha realmente um mecanismo de controle da desinformação nas redes sociais. A gente entende que é uma série, um conjunto de ações. Mas sem o PL 2630 aprovado, a gente entende que fica muito difícil controlar"

Acesso em: <https://g1.globo.com>

O Projeto de Lei (PL) de número 2.630, de 2020, vêm sendo chamada de:

- (A) PL da Censura.
- (B) PL das Regulamentação Social.
- (C) PL das Fake News.
- (D) PL da Cyber Security.

Questão 32

O Art. 84 da Lei Orgânica do município de Guaraciaba-SC:

- (A) É permitida a conversão somente das licenças em dinheiro, caso o empregado opte por isso.
- (B) Permitir a conversão de férias e licenças em dinheiro, desde que o empregado tenha autorização do empregador.
- (C) É vedada a conversão de férias em dinheiro, assim como de licenças.
- (D) É permitido a conversão somente das férias em dinheiro, caso o empregado opte por isso.

Questão 33

O período histórico que antecede o contato entre os grupos étnicos que ocupavam o território que seria chamado de Brasil e os portugueses, segundo a história do Brasil ficou conhecido como:

- (A) Período colonial.

- (B) Período Pré-Cabralino.
- (C) Período imperial.
- (D) Período Republicano.

Questão 34

O Brasil se destaca Geograficamente no mundo por sua extensão territorial. Qual posição do Brasil no ranking dos maiores países do mundo em termos de área territorial:

- (A) O Brasil ocupa a sétima posição do ranking, com seis países à frente dele.
- (B) O Brasil ocupa a quinta posição do ranking, com quatro países à frente dele.
- (C) O Brasil ocupa a terceira posição do ranking, com dois países à frente dele.
- (D) O Brasil ocupa a primeira posição do ranking, não havendo países à frente dele.

Questão 35

De acordo com o Art. 90 da Lei Orgânica Municipal de Guaraciaba-SC, quais são os direitos garantidos aos servidores públicos sujeitos ao regime jurídico único:

- (A) Plano de saúde, auxílio-creche, adicional de insalubridade, adicional de tempo de serviço e gratificação por produtividade.
- (B) Férias remuneradas, gratificação de desempenho, auxílio-moradia, vale-transporte, adicional de periculosidade e auxílio-alimentação.
- (C) Auxílio-moradia, adicional por hora-extra, adicional por deslocamento, seguro de vida e aposentadoria integral.
- (D) Piso de vencimento, irredutibilidade do vencimento, décimo terceiro salário proporcional, remuneração do trabalho noturno superior e salário família para dependentes.